



**CLIPPING INTERNET**  
**22/07/2022 ATÉ 22/07/2022**



# INDÍCE

---

1	AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS	
	1.1 SITE O PROGRESSO.....	1
2	DECISÕES	
	2.1 BLOG DO CLODOALDO CORRÊA.....	2
	2.2 BLOG DO KIEL MARTINS.....	3
3	DESEMBARGADOR	
	3.1 SITE NOCA.....	4
4	INSTITUCIONAL	
	4.1 PORTAL GUARÁ.COM.....	5
	4.2 SITE O MARANHENSE.....	6
5	PLANTÃO NO TJMA	
	5.1 SITE O MARANHENSE.....	7
6	PRECATÓRIOS	
	6.1 SITE OAB-MA.....	8
7	PRESIDÊNCIA	
	7.1 SITE MUNDO PASSAPORTE.....	9

## **Assis Ramos representa contra Eduardo Nicolau no CNMP por abuso de autoridade e perseguição**

Publicado em 22 de julho de 2022 por Blog do Clodoaldo

Depois de representar na Justiça do Maranhão contra o que considera abuso de autoridade e perseguição política do Procurador Geral de Justiça, Eduardo Nicolau, o prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, protocolou nesta quinta-feira, 21, em Brasília, mais uma denúncia contra o chefe do Ministério Público do Maranhão. Segundo a defesa de Ramos, as acusações feitas pelo Procurador baseadas em narrativas do GAECO contra Assis Ramos, não se sustentam e foram feitas sem a devida autorização do Tribunal de Justiça do Maranhão, já que o prefeito tem foro por prerrogativa do cargo.

Fazendo questão de deixar bem claro que não tem nada contra a instituição, mas sim contra o seu Procurador, a defesa do prefeito de Imperatriz afirma que desde o dia de sua nomeação pelo então governador Flávio Dino, o Procurador Geral de Justiça do Maranhão, Eduardo Nicolau, vem agindo de maneira parcial, como verdadeiro aliado político do governador e seu grupo, perseguindo todos aqueles que fazem oposição ao governo do Maranhão.

“Qualquer acadêmico de Direito nos anos iniciais percebe que as investidas do PGJ contra Assis Ramos não têm amparo legal. Vale ressaltar que Assis Ramos até 2019 não respondia a nenhuma ação promovida pelo MP, foi somente com a chegada de Eduardo Nicolau a chefia do MP que começou a “chover” ações contra o gestor de Imperatriz”, denuncia.

Narra a denúncia do prefeito que em 2020, na semana que antecedeu o dia da votação, no programa eleitoral do adversário político do então candidato a prefeito, Marco Aurélio (candidato a prefeito apoiado pelo governador, Flávio Dino), documentos de um PIC marcado como SIGILOSO, cujo conteúdo nem Assis Ramos conhecia, “vazaram” e foram amplamente divulgados nas rádios, televisões, redes sociais e mídia digital. Documentos sigilosos de uma investigação meramente especulativa, que prejudicava em demasia o atual prefeito, na época candidato à reeleição, vazaram no programa eleitoral do grupo do Sr. Flávio Dino, o governador que conduziu o Sr. Eduardo Nicolau a chefe do Ministério Público do Maranhão.

“Como o grupo do governador conseguiu os documentos sigilosos em poder do MPMA para exibir no programa de seu candidato a prefeito na semana das eleições não se sabe, apenas se sabe que os documentos vazaram e foram ali utilizados. De tão absurdo que era o PIC, de tão especulativo e político, criado com o único fim de vazarem conjecturas na semana das eleições para prejudicar o candidato de oposição ao governador, o procedimento foi trancado pelo TJMA”, informa.

Assis Ramos diz ainda que recentemente foi vítima até de ações de “arapongagem”, quando militares se dizendo a serviço do MP, invadiram sua propriedade rural, numa clara ação ilegal e constrangedora.

Denuncia Assis que Eduardo Nicolau, sem qualquer ordem judicial que autorizasse, resolveu invadir em 22 de junho de 2022 a casa rural do prefeito e fazer investigação clandestina, ilegal, através do crime de invasão definido pelo “caput” do art. 22 da lei 13.869/19, que define os crimes de abuso de autoridade. O prefeito diz que estava chegando em sua fazenda quando percebeu pessoas estranhas em sua propriedade e abordou tais pessoas. Para sua surpresa, depois de pressionar os criminosos, foi informado que eram servidores do

Ministério Público cumprindo ordem superior. Ordem para investigação clandestina, ilegal, para pura satisfação política de seus perseguidores. Ressalte-se que a invasão ora narrada foi filmada e inclusive noticiada na mídia televisiva, no Jornal da Difusora, veículo informativo de TV maranhense. “Se não há necessidade de autorização judicial para investigar o prefeito, por que pediram tal autorização? E se há a necessidade, porque desobedeceram a lei, procedendo a investigações clandestinas sem autorização judicial?”, questiona.

#### Oferecimento de denúncia criminal sem prévia autorização de investigação do TJ-MA

Denuncia o prefeito de Imperatriz que agora, desta feita o próprio Procurador Eduardo Nicolau, denunciou o prefeito Assis Ramos em razão do procedimento acima suscitado que investigava contratação de limpeza pública urbana de Imperatriz - MA. Ocorre que a denúncia foi protocolada sem que o TJMA sequer tenha concedido ao MPMA autorização para investigar o Representante. No mês de maio de 2022, como já apontado, o MPMA requereu ao TJMA autorização para investigar o prefeito em razão dos indícios supostamente encontrados em investigação que resultou em operação da GAECO na cidade de Imperatriz - MA. Ocorre que até esta data, 19 de julho de 2022, o TJMA não concedeu tal autorização e, mesmo sem provas suficientes (pois se o MPMA em maio pediu autorização para investigar o prefeito era porque só possuía indícios e não provas suficientes para apresentar a ação penal), a instituição resolve denunciá-lo.

“Mesmo sem ter recebido do Judiciário permissão para o mínimo que era investigar, fez o máximo que é denunciar. Pior: denunciou sem as provas que em maio entendeu necessárias. Qual a razão da pressa do MPMA? O calendário eleitoral? Se isso não for prova de perseguição pessoal, nada mais o é”, diz a peça de denúncia do Prefeito.

## **Assis Ramos representa contra Eduardo Nicolau no CNMP por abuso de autoridade e perseguição**

Depois de representar na Justiça do Maranhão contra o que considera abuso de autoridade e perseguição política do Procurador Geral de Justiça, Eduardo Nicolau, o prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, protocolou nesta quinta-feira, 21, em Brasília, mais uma denúncia contra o chefe do Ministério Público do Maranhão. Segundo a defesa de Ramos, as acusações feitas pelo Procurador baseadas em narrativas do GAECO contra Assis Ramos, não se sustentam e foram feitas sem a devida autorização do Tribunal de Justiça do Maranhão, já que o prefeito tem foro por prerrogativa do cargo.

Fazendo questão de deixar bem claro que não tem nada contra a instituição, mas sim contra o seu Procurador, a defesa do prefeito de Imperatriz afirma que desde o dia de sua nomeação pelo então governador Flávio Dino, o Procurador Geral de Justiça do Maranhão, Eduardo Nicolau, vem agindo de maneira parcial, como verdadeiro aliado político do governador e seu grupo, perseguindo todos aqueles que fazem oposição ao governo do Maranhão.

“Qualquer acadêmico de Direito nos anos iniciais percebe que as investidas do PGJ contra Assis Ramos não têm amparo legal. Vale ressaltar que Assis Ramos até 2019 não respondia a nenhuma ação promovida pelo MP, foi somente com a chegada de Eduardo Nicolau a chefia do MP que começou a “chover” ações contra o gestor de Imperatriz”, denuncia.

Narra a denúncia do prefeito que em 2020, na semana que antecedeu o dia da votação, no programa eleitoral do adversário político do então candidato a prefeito, Marco Aurélio (candidato a prefeito apoiado pelo governador, Flávio Dino), documentos de um PIC marcado como SIGILOSO, cujo conteúdo nem Assis Ramos conhecia, “vazaram” e foram amplamente divulgados nas rádios, televisões, redes sociais e mídia digital. Documentos sigilosos de uma investigação meramente especulativa, que prejudicava em demasia o atual prefeito, na época candidato à reeleição, vazaram no programa eleitoral do grupo do Sr. Flávio Dino, o governador que conduziu o Sr. Eduardo Nicolau a chefe do Ministério Público do Maranhão.

“Como o grupo do governador conseguiu os documentos sigilosos em poder do MPMA para exibir no programa de seu candidato a prefeito na semana das eleições não se sabe, apenas se sabe que os documentos vazaram e foram ali utilizados. De tão absurdo que era o PIC, de tão especulativo e político, criado com o único fim de vazarem conjecturas na semana das eleições para prejudicar o candidato de oposição ao governador, o procedimento foi trancado pelo TJMA”, informa.

Assis Ramos diz ainda que recentemente foi vítima até de ações de “arapongagem”, quando militares se dizendo a serviço do MP, invadiram sua propriedade rural, numa clara ação ilegal e constrangedora.

Denuncia Assis que Eduardo Nicolau, sem qualquer ordem judicial que autorizasse, resolveu invadir em 22 de junho de 2022 a casa rural do prefeito e fazer investigação clandestina, ilegal, através do crime de invasão definido pelo “caput” do art. 22 da lei 13.869/19, que define os crimes de abuso de autoridade. O prefeito diz

que estava chegando em sua fazenda quando percebeu pessoas estranhas em sua propriedade e abordou tais pessoas. Para sua surpresa, depois de pressionar os criminosos, foi informado que eram servidores do Ministério Público cumprindo ordem superior. Ordem para investigação clandestina, ilegal, para pura satisfação política de seus perseguidores. Ressalte-se que a invasão ora narrada foi filmada e inclusive noticiada na mídia televisiva, no Jornal da Difusora, veículo informativo de TV maranhense. “Se não há necessidade de autorização judicial para investigar o prefeito, por que pediram tal autorização? E se há a necessidade, porque desobedeceram a lei, procedendo a investigações clandestinas sem autorização judicial?”, questiona.

Oferecimento de denúncia criminal sem prévia autorização de investigação do TJ-MA

Denuncia o prefeito de Imperatriz que agora, desta feita o próprio Procurador Eduardo Nicolau, denunciou o prefeito Assis Ramos em razão do procedimento acima suscitado que investigava contratação de limpeza pública urbana de Imperatriz - MA. Ocorre que a denúncia foi protocolada sem que o TJMA sequer tenha concedido ao MPMA autorização para investigar o Representante. No mês de maio de 2022, como já apontado, o MPMA requereu ao TJMA autorização para investigar o prefeito em razão dos indícios supostamente encontrados em investigação que resultou em operação da GAECO na cidade de Imperatriz - MA. Ocorre que até esta data, 19 de julho de 2022, o TJMA não concedeu tal autorização e, mesmo sem provas suficientes (pois se o MPMA em maio pediu autorização para investigar o prefeito era porque só possuía indícios e não provas suficientes para apresentar a ação penal), a instituição resolve denunciá-lo.

“Mesmo sem ter recebido do Judiciário permissão para o mínimo que era investigar, fez o máximo que é denunciar. Pior: denunciou sem as provas que em maio entendeu necessárias. Qual a razão da pressa do MPMA? O calendário eleitoral? Se isso não for prova de perseguição pessoal, nada mais o é”, diz a peça de denúncia do Prefeito.

## Acervo histórico do Judiciário maranhense terá acesso digital

TJMA

22 de julho de 2022 às 16:01

O inventário de Catharina Mina e outros documentos do período escravocrata, fazem parte do acervo documental do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que está na fase final de implantação do repositório digital de seu acervo histórico. A documentação de natureza histórica, que estava dispersa por todo o estado, passou a ser centralizada em São Luís a partir de 2009, para receber tratamento arquivístico: identificar, catalogar e digitalizar, antes de ser disponibilizado para consulta pública.

Segundo o coordenador de Arquivo e Gestão Documental do TJMA, Christofferson Melo, o Programa de Gestão Documental do tribunal atua em diversas frentes, além do tratamento do acervo histórico. “Nós somos o terceiro tribunal mais antigo do país e temos um dos acervos processuais antigos, de antes de 1970, mais robustos do Judiciário brasileiro.”

As atividades arquivísticas do Judiciário maranhense caminharam juntamente com a criação do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname) pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Desta forma, a profissionalização do trabalho documental acompanhou, adaptou e construiu sua política no mesmo ritmo das diretrizes nacionais. “Definimos políticas para resolver a situação do tratamento do acervo do tribunal. Mas o normativo do CNJ foi importante para nortear o trabalho”, afirmou Christofferson Melo.

Além da história de Catharina Mina, contada a partir do registro de seu testamento, que data de 29 de junho de 1886, o arquivo do TJMA guarda documentos processuais manuscritos, datilografados e impressos desde o período colonial. São materiais de várias comarcas maranhenses, como São Luís, Alcântara, Caxias, Icatú, Imperatriz, Cururupu, Coroatá, Viana, Rosário, Itapecuru-Mirim, Brejo, entre outras. O documento mais antigo do acervo é de 1719.

Um levantamento preliminar de toda a documentação no acervo histórico identificou materiais em 36 fundos ou comarcas, incluindo nos estados do Pará, Piauí e Ceará, e quantificou um total aproximado de 60 mil documentos. Entre essas peças restauradas, estão o Livro de Registro de Notas da comarca de Viana, do século XVIII, que aponta a presença de índios nos registros da antiga aldeia de Maracu, e o Regimento da Relação do Maranhão, de 1813, documento de nascimento do TJMA.

Criado em 1811, a Relação do Maranhão apresentava diferenças em relação às já existentes Relação da Bahia (instituída em 1609) e do Rio de Janeiro (de 1751) - essa última, reconhecida como precursora do Supremo Tribunal Federal (STF), foi transformada na Casa da Suplicação do Brasil em 1808, com a transferência da Corte portuguesa. A Relação do Maranhão deveria interpor agravos ordinários e apelações para a Casa de Suplicação de Lisboa, conforme determinado no alvará de 6 de maio de 1809, que incluía também as ilhas de Açores, Madeira e Porto Santo, além do Pará.

A Relação do Maranhão exercia jurisdição sobre as comarcas do Maranhão, Pará e Rio Negro, desmembradas

de Lisboa, além de Piauí e Ceará Grande, separadas do distrito da Relação da Bahia. O órgão era composto pelo governador e capitão-general da província de Pernambuco, na função de presidente, um chanceler, nove desembargadores, além de alguns oficiais, que tinham atribuições para agravos e apelações cíveis e criminais, ouvidoria, justificações ultramarinas, despesas, feitos da Coroa, Fazenda e Fisco, aposentadoria-mor, almotacaria-mor, procuradoria da Coroa, Fazenda e e Fisco e promotoria de justiça.

## Gestão documental

Para ampliar o acesso aos documentos, de forma a popularizar e democratizar um conjunto de dados para o desenvolvimento da história e memória do estado, o planejamento estratégico do arquivo está voltado para ampliar o grau de desenvolvimento em gestão de documentos. Para atingir esses objetivos, o TJMA está adotando soluções digitais, elaborando instrumentos específicos para unidades de primeiro e segundo grau de jurisdição, aperfeiçoar ferramentas de diagnóstico dos acervos, entre outras ações.

Desde 2010, o Programa de Gestão Documental passou a recolher o acervo histórico das comarcas do estado. Esse trabalho foi mantido mesmo durante o período da pandemia da Covid-19, quando foram recolhidos o acervo de sete comarcas e encaminhado para tratamento. “Temos realidades distintas no Maranhão. A comarca mais distante da capital fica a 14 horas de viagem, o que dificulta o trabalho de coleta, mas justifica sua diversidade”, explicou Christofferson Melo.

Vencedor da 1ª edição do Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário, na categoria Patrimônio Cultural Arquivístico, o programa do TJMA desenvolve um trabalho colaborativo, com equipe interdisciplinar. O acervo foi centralizado em São Luís, com estrutura física adequada para recebimento, tratamento e guarda do material histórico.

Para isso, foi feita uma reforma na área de arquivos, que custou cerca de R\$ 1,5 milhão, com a criação de um laboratório de restauro e digitalização. Foram adquiridos equipamentos especializados, estabelecida a climatização completa do arquivo - com controle de temperatura e umidade 24 horas por dia - e instaladas placas de energia solar para permitir a economicidade do projeto. Também foi criada uma sala audiovisual para atender ao público.

O TJMA estabeleceu três acervos centrais na capital e um em cada comarca, onde são produzidos catálogos de documentos manuscritos. Cada catálogo leva de três a quatro anos para ser produzido, dada a complexidade do tratamento. “É preciso pegar o documento, identificar do que se trata, datar, concentrar os metadados e digitalizar, para poder incluir no repositório digital”, contou Melo. Atualmente, estão sendo preparados os catálogos das comarcas de Viana e Guimarães.

Também foram definidas as tabelas de temporalidade, para eliminação do material que não precisa ficar sob guarda. Apenas durante a pandemia, foram eliminados mais de 352 mil processos com tempo de guarda extrapolado. Além disso, foram digitalizadas mais de 2,5 milhões de imagens históricas que serão indexadas ao repositório digital AtoM (Access to Memory), que é uma aplicação open source baseada na web para descrições arquivísticas.

Para Christofferson Melo, o prêmio do CNJ trouxe ainda mais responsabilidade e mostra a importância da gestão documental no Judiciário. “É um trabalho que leva tempo para ser feito com qualidade, que não pode perder sua essência com a velocidade. Mas já temos um acervo que agora pode ser disponibilizado para o público, que pode pesquisar sobre a história do estado, questões genealógicas e até do desenvolvimento do Judiciário, de forma virtual ou presencial. Temos o poder e o dever de ofertar o melhor acesso à sociedade.”



## **SEBRAE RECEBE HOMENAGEM DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO.**

Proposta pelo deputado Ariston Ribeiro (Avante/MA), a homenagem faz referência às comemorações dos 50 anos do Sebrae, reconhecendo a importante trajetória da instituição, marcada pelo grande incentivo dado aos pequenos negócios.

Autoridades, lideranças empresariais, diretoria executiva, conselheiros e colaboradores do Sebrae, estiveram reunidos na manhã da segunda-feira (18), no Plenário Nagib Haickel, do Palácio Manoel Beckman, sede da Assembleia Legislativa do Maranhão, para prestigiar a sessão solene em homenagem aos 50 anos de fundação da instituição, oficialmente celebrado no último dia 05 de julho, data que deu o start para uma série de outras ações que ocorrerão ao longo do ano de 2022, em comemoração a este marco histórico.

A sessão solene foi proposta pelo deputado Ariston Ribeiro (Avante-MA), que na ocasião ressaltou a importância da atuação do Sebrae em todo território brasileiro, com ações de incentivo aos pequenos negócios e fortalecimento da economia. “O Sebrae está presente no Brasil inteiro e isso evidencia ainda mais a força e a importância de seu trabalho para a economia nacional e o grande volume de contribuição que já foi oferecido ao longo desses 50 anos. No Maranhão a instituição tem apoiado, fomentado e capacitado os pequenos negócios, contribuindo para que eles cumpram com o seu papel na economia e sempre liderado por pessoas que tem conduzido o trabalho com grande competência”, enfatizou o deputado.

“Transformar os pequenos negócios em protagonistas do desenvolvimento sustentável do Brasil é o nosso propósito. Propósito este que carregamos conosco, com muito zelo, dedicação, trabalho e amor. Sempre acreditando na força, no sonho de quem empreende e no poder transformador do empreendedorismo em nossa economia, gerando o tão importante desenvolvimento nas mais diversas esferas que ele alcança. Todas as ações do Sebrae, das mais simples às mais complexas, são importantes, porque trabalhamos com o sonho das pessoas, com o sentimento de realização, com o que pode deixar um legado, todos os nossos projetos convergem para isso: para transformar, direta ou indiretamente, a vida do empreendedor em sua totalidade”, disse em seu pronunciamento o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Maranhão, Celso Gonçalves.

“Estar na presidência do Conselho Deliberativo Estadual do Sebrae nessa data tão marcante é uma honra e um orgulho, porque sabemos de toda a credibilidade e respeito que a instituição tem junto à sociedade brasileira e aos mais de 12 milhões de donos de pequenos negócios que podem acessar o portfólio de produtos, programas e ações do Sebrae para tornar a sua empresa maior, atuando com processos de qualidade e inovação, sendo mais competitiva e ganhando novos mercados”, complementou Gonçalves, que na ocasião também agradeceu o apoio a todas as instituições com assento no Conselho, pela contribuição no cumprimento da missão do Sebrae no Maranhão.

Sessão foi bastante prestigiada por lideranças empresariais, autoridades e dirigentes do Sebrae.

Para o presidente da FIEMA Edilson Baldez, que também já foi presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae e que representou os empresários maranhenses na sessão solene, “é uma honra representar os empresários e destaque que é muito importante comemorar 50 anos de sucesso, de atuação, em vista do desempenho, do trabalho que tem sido realizado por essa entidade no Brasil inteiro, que cuida dos pequenos e microempresários,

que são os geradores de renda deste país. Hoje é dia de festa, de alegria e faço a minha homenagem especial a todos os servidores do Sebrae cumprindo com essa nobre missão de cuidar, de orientar e desenvolver o micro e pequeno empresário”, disse Baldez.

Presente na solenidade, o vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, o desembargador Ricardo Duailibe, ressaltou o estímulo que o Sebrae dá ao empresariado local. “O Sebrae merece essa homenagem porque presta um excelente trabalho e se hoje o Maranhão se apresenta como um estado pujante em desenvolvimento, isso se deve também ao Sebrae, que orienta e capacita o empresariado local para que possa estar preparado e apto a gerar esse desenvolvimento”, ressaltou. A parceria exitosa do Sebrae com o Tribunal também foi mencionada pelo desembargador. “É uma parceria importante, pois é um trabalho sério e que visa orientar os empresários, inclusive de no que diz respeito a aplicabilidade da lei em seu negócio”, complementou.

Representando o governo do estado do Maranhão, o secretário de Indústria e Comércio, Cassiano Pereira Júnior destacou que “O Sebrae tem feito a diferença na vida e na gestão dessas empresas. Tem um importante legado e só temos hoje a agradecer esse braço forte que é esta instituição em nosso estado. Somos parceiros, juntos em prol do desenvolvimento do Maranhão, por meio do empreendedorismo”, enfatizou o secretário.

O presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Maranhão, Celso Gonçalo fez um agradecimento.

EM TEMPO: A Sessão Solene na Assembleia Legislativa se une a uma série de outras homenagens que devem se estender durante todo o segundo semestre, prestadas pelo Poder Legislativo em municípios onde o Sebrae tem atuação marcante. Em São Luís, na próxima quinta-feira (21), na Câmara Municipal, a homenagem será dupla, com uma Sessão Solene proposta pela vereadora Karla Sarney (PSD) e Moção de Aplauso de autoria do vereador Dr. Gutemberg Araújo (PSC).

Fonte e Fotos: ASCOM - Sebrae/MA.

## Corregedor reúne-se com juízas e juizes no Fórum de Caxias

Reunião foi realizada no Salão do Tribunal do Júri do Fórum Desembargador Arthur Almada Lima, em Caxias, e contou com a presença do desembargador Jamil Gedeon.

Por: Assessoria de Comunicação/ Corregedoria Geral da Justiça | Data: 22/07/2022 09:15 - Atualizado em 22/07/2022 09:16

Compartilhar

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, reuniu-se na quarta-feira, 20, com os juizes e juízas de Direito das comarcas de Caxias e Codó, para tratar sobre a demanda processual, digitalização, funcionamento das unidades judiciais e administrativas, estrutura física do fórum, dentre outros. A reunião foi realizada no Salão do Tribunal do Júri do Fórum Desembargador Arthur Almada Lima, em Caxias, e contou com a presença do desembargador Jamil Gedeon.

A juíza Gisa Fernanda Benício, titular da 2ª Vara Criminal e respondendo pela Diretoria do Fórum de Caxias, solicitou apoio da Corregedoria para cercar todo perímetro do prédio do Fórum, como forma de otimizar a segurança do local. O magistrado Ailton Gutemberg Lima, titular da 1ª Vara Cível, pontuou o grande fluxo de novos processos cíveis ajuizados por mês na comarca, que demanda a criação e instalação de uma nova unidade ou criação de uma Secretaria Judicial Única Digital para tratar das demandas cíveis da comarca.

A juíza Marcela Santana Lobo, titular da 3ª Vara Criminal responsável pelas demandas relacionadas à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, relatou a grande demanda da unidade, que possui déficit de servidores, em especial de analistas da área Psicossocial para atuar nos casos da unidade, que já trabalha 100% digital desde setembro de 2021.

Na 3ª Vara Criminal tramitam ações penais, Medidas Protetivas de Urgência (MPU), autos de Prisão em Flagrante, cartas precatórias, incidentes de Insanidade Mental, Representações por Prisão Preventiva, Cautelares Inominadas Criminais, dentre outras. A unidade também é responsável pela Execução Penal na Comarca de Caxias.

O corregedor Froz Sobrinho iniciou o diálogo com os magistrados e magistradas anunciando, para o final do próximo mês de agosto, um grande mutirão nos processos de Execução Penal. Além disso, comunicou que a Comarca de Caxias já está no cronograma para instalação da nova internet, de fibra ótica e alta velocidade, contratada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, que eliminará problemas de conexão nas comarcas do Interior. “A Corregedoria também vai prestar o apoio necessário para que Caxias finalize o processo de digitalização das 5 mil ações físicas que ainda restam no acervo da comarca”, afirmou.

O desembargador corregedor também determinou a efetivação de um estudo para apurar as possibilidades de alteração nas competências das unidades, a exemplo do que está sendo realizado na Comarca de Imperatriz, com readequação das demandas entre algumas unidades judiciais.

Por determinação do corregedor Froz Sobrinho, uma equipe do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ) está em Caxias, no período de 18 a 22 de julho, trabalhando nos processos físicos conclusos da 2ª Vara Cível. A unidade possui um acervo total (físicos e eletrônicos) de 18 mil processos, e o foco dos magistrados Rodrigo Nina e Joscelmo Gomes, que atuam pelo núcleo, é movimentar com despachos, decisões e sentenças o maior

número de processos conclusos a mais de 100 dias.

O NAUJ também trabalha, de forma remota, com uma equipe de juízes auxiliares de Entrância Final que integram o núcleo, nas ações judiciais eletrônicas da 2ª Cível de Caxias, que tramitam pelo sistema Pje. Esse mutirão virtual deve durar 30 dias.

Os juízes da Comarca de Codó, Iran Kurban Filho (Juizado Especial Cível e Criminal) e Carlos Alberto Mont´Alverne (2ª Vara e respondendo pela Diretoria do Fórum), também apresentaram demandas ao corregedor. Froz Sobrinho deve visitar, nesta semana, o Fórum de Codó para acompanhar de perto as necessidades de magistrados e servidores.

Participaram da reunião, a juíza Tereza Nina, coordenadora de Planejamento Estratégico da CGJ; os juízes José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior, diretor da Corregedoria; Rodrigo Nina, coordenador do NAUJ; Paulo Afonso, 1ª Vara Criminal de Caxias; e Jorge Leite, titular da 2ª Vara Cível de Caxias.

## COMITÊ DE SAÚDE

Durante a reunião em Caxias, o desembargador Jamil Gedeon Neto, presidente do Comitê Estadual de Saúde do Maranhão, solicitou aos juízes e juízas que comuniquem os afastamentos por Covid-19 à Divisão Médica do Tribunal de Justiça.

O Comitê constatou elevado índice de subnotificação desses afastamentos, que prejudicam o desenvolvimento de ações preventivas direcionadas a magistrados, magistradas, servidores e servidoras do Judiciário. “A retomada da obrigatoriedade do uso de máscara foi aprovada pelo aumento no número de casos, mas que não representa todos os afastamentos. Precisamos mudar essa realidade e mesmo que não haja sintomas é preciso comunicar via digidoc à Divisão Médica”, destacou o desembargador Jamil Gedeon.

## **Assembleia Legislativa divulga relatório de atividades do primeiro semestre de 2022**

22 de julho de 2022 omaranhense

A Assembleia Legislativa do Maranhão divulgou o relatório de atividades desenvolvidas na 4ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, relativo ao primeiro semestre do ano, compreendendo o período de 3 de fevereiro a 15 de julho. O trabalho foi desenvolvido pelas diretorias Geral da Mesa Diretora, Legislativa e de Documentação e Registro.

O documento tem como objetivo fornecer informações sobre a quantidade de proposições legislativas e a situação das mesmas, em uma análise de conjuntos definidos por proponente e por tipo de proposição. Assim, é indicada a quantidade de proposições de cada um dos Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), da Defensoria Pública do Estado e do Tribunal de Contas do Estado, separadas por tipo e situação.

No relatório, são abordados os dados quantitativos referentes aos encaminhamentos das proposições legislativas. Foram realizadas 62 sessões ordinárias e duas extraordinárias. Nesse período, foi produzido pelo Legislativo Estadual um total de 313 Projetos de Lei Ordinária.

Foram 5.095 indicações apresentadas, com 4.986 deferidas. Dos 199 Requerimentos apreciados em plenário, 68 foram aprovados. Também foram apresentadas 18 moções e 47 Projetos de Resolução Legislativa. Houve ainda a aprovação de um Decreto Legislativo.

Já o Poder Executivo encaminhou 14 Medidas Provisórias ao Parlamento Estadual, com a aprovação de 11 delas. O Governo também encaminhou 14 Projetos de Lei Ordinária, sendo que 11 foram aprovados.

### **Poder Judiciário**

O Poder Judiciário encaminhou seis Projetos de Lei Complementar, dos quais, 6 foram aprovados. seis Projetos de Lei Complementar, dos quais, 6 foram aprovados. Enviou, também, dois Projetos de Lei Ordinária.

### **Tribunal de Contas**

De dois Projetos de Lei Ordinária encaminhados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), ambos foram aprovados. Já a Defensoria Pública do Estado encaminhou um Projeto de Lei Ordinária e dois Projetos de Lei Complementar, sendo aprovados sem alteração.

Ao longo desse período, foram realizadas ainda diversas reuniões deliberativas, audiências públicas e visitas.

## **Desembargador Sebastião Bonfim é o plantonista de 2º Grau neste fim de semana**

22/07/2022 18:00:00

O desembargador Sebastião Joaquim Lima Bonfim é o plantonista de 2º Grau da Justiça estadual desta sexta-feira (22) até domingo (24), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas Cível e Criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores plantonistas são Sílvio R. P. Soares e Roberta C. de Sousa. O telefone celular disponibilizado para contato no 2º Grau é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em regime de sobreaviso.

A partir da segunda-feira, no período de 25 a 31 de julho, a desembargadora Nelma Sarney é que responderá pelo Plantão Judicial de 2ª Instância.

A escala de plantão dos desembargadores, servidores e oficiais de justiça plantonistas do Tribunal de Justiça do Maranhão está publicada no Portal do Judiciário, em "Plantão de 2º Grau".

### **SÃO LUÍS**

No 1º Grau - Comarca da Ilha - o juiz Nelson Ferreira Martins Filho (14º Juizado Cível de São Luís) e a juíza Manuella Viana dos Santos Farias (auxiliar de entrância final), respondem, respectivamente, pelos plantões cível e criminal da Comarca da Ilha de São Luís. Quem auxilia o magistrado e a magistrada no plantão deste fim de semana são as servidoras Marcia Cerqueira de Farias (1ª Vara de Interdição e Sucessões de São Luís) e Adryany Fernanda de Guimarães Ferreira (Vara da Infância e Juventude de São José de Ribamar).

Antes de dirigir-se ao local de atendimento, deve-se entrar em contato com os servidores plantonistas pelos telefones celulares (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal). O plantão funciona para recebimento somente de demandas urgentes.

Já o plantão para registro de óbito, sob a competência dos cartórios, deve ser acionado pelo telefone (98) 98112-2794.

O post Desembargador Sebastião Bonfim é o plantonista de 2º Grau neste fim de semana apareceu primeiro em O Maranhense.

## AMMA ratifica apoio à Justiça Eleitoral durante visita à presidente

Comentar  
Da Redação  
TRE-MA

Desembargadora Angela Salazar recebeu os diretores da Associação em seu gabinete - Foto: Divulgação

A presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão recebeu na manhã desta sexta, 22 de julho, membros da diretoria da Associação de Magistrados do Maranhão para uma visita de cortesia, em que aproveitaram para manifestar apoio irrestrito à Justiça Eleitoral e ainda ratificaram a honra da entidade em sediar nas eleições de 2022 os trabalhos de auditoria do processo eletrônico de voto, que acontece paralelo à votação no dia 2 de outubro (e 30 de outubro - se houver 2º turno).

A desembargadora Angela Salazar estava acompanhada da juíza auxiliar da Presidência do TRE-MA, Rosângela Prazeres, e do diretor-geral Hebert Leite. Durante a visita, a presidente ressaltou que a magistrada, o magistrado, precisa ser sempre o protagonista, o condutor, aquele que tem firme em suas mãos as decisões tomadas em suas comarcas para que a cidadã, o cidadão, saiba que o judiciário é atuante e porta-voz de informações verídicas.

Quanto às eleições 2022, Angela Salazar afirmou que todo pleito é desafiador, mas que a Justiça Eleitoral funciona com tranquilidade porque realiza todos os procedimentos com transparência, lisura, aliado ao fato de as servidoras e os servidores serem comprometidos, atentos, experientes e com nível de conhecimento alto sobre o que executam.

Pela AMMA, o presidente Hóldice Barros primeiro elogiou a trajetória de vida e profissional da presidente e informou que esta semana a entidade emitiu nota pública de apoio à Justiça Eleitoral.

Da Associação estavam presentes à visita o juiz Douglas da Guia (secretário-geral), a juíza Laysa Mendes (diretora financeira), a juíza Marcela Lobo (diretora de comunicação) e o juiz Fernando Jorge (diretor de prerrogativas e valorização profissional).

Íntegra da nota pública da AMMA de apoio irrestrito à Justiça Eleitoral

A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), entidade que representa a Magistratura do Estado do Maranhão, vem a público manifestar irrestrito apoio ao sistema eleitoral brasileiro.

A Justiça Eleitoral Brasileira é uma das mais modernas e respeitadas no mundo e as eleições realizadas por meio de urnas eletrônicas representaram um grande avanço desde o ano de 1996, sem que houvesse qualquer tipo de contestação à lisura dos pleitos e à legitimidade dos eleitos.

Os magistrados e servidores eleitorais são profissionais altamente qualificados e que agem com independência e altivez na condução do processo eleitoral, entregando os resultados poucas horas após o início das eleições, marcadas pela transparência e celeridade.

A soberania da vontade popular é um dos pilares da Democracia e sua preservação por meio de um processo

eleitoral transparente, seguro e eficaz, tem sido garantida pela Justiça Brasileira, pelos demais atores do Sistema de Justiça e amplamente fiscalizada pela sociedade civil e pelos partidos políticos.

As inverdades lançadas sobre o sistema eleitoral e, sobretudo, o que ele representou nesses últimos 25 anos, não se justificam e servem apenas para confundir e gerar um clima de insegurança incompatível com a liberdade e serenidade dos eleitores.

A AMMA tem plena convicção de que os magistrados e magistradas eleitorais continuarão a cumprir o seu papel de árbitros imparciais, resguardando as regras do jogo e o direito à informação, bem como o ambiente de paz que deve permear as eleições, pois se uma crise infecta nosso sistema eleitoral, ela atinge o coração da Democracia.

São Luís, 19 de julho de 2022

Holídice Cantanhede Barros



## **OAB/MA APRESENTA DEMANDAS SOBRE DÍVIDAS DE PRECATÓRIOS AO TJMA**

A OAB Maranhão chegou a uma nova etapa em relação à pauta da gestão dos precatórios. É que nesta quarta-feira, 20/07, o presidente da Seccional, Kaio Saraiva, apresentou ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador Paulo Velten, as atuais preocupações do setor, como o atraso de repasse feito pelos entes devedores a respeito dos pagamentos de precatórios.

Na mesma oportunidade, a OAB protocolou um pedido, solicitando que os todos números relacionados às dívidas de precatórios sejam publicados em forma certidão.

O presidente Kaio Saraiva foi acompanhado por representantes da Comissão de Estudos Constitucionais da Ordem e da Associação de Credores de Precatórios. Juntos, eles solicitaram o apoio do TJMA pela garantia de mais transparência na gestão dos precatórios, publicação dos aportes, assim como a regularização do repasse dos valores referentes aos pagamentos dos precatórios junto ao Estado do Maranhão.

“Nosso objetivo é dialogar com o Tribunal para termos o conhecimento de como será a gestão da Corte em relação a esse tema. A Ordem pretende contribuir dentro do que for possível e pertinente”, iniciou o presidente Kaio Saraiva.

Em resposta às reivindicações, o desembargador Paulo Velten comunicou que o TJMA já está atuando, em etapas, para sanar as dificuldades apresentadas. “Nós temos trabalhado para regularizar esses pagamentos com o Estado. Já havíamos feito uma reunião para tratar sobre o tema, ainda na gestão do desembargador Lourival Serejo. Vamos cobrar a atualização disso. Eu sou o maior interessado em ver esses pagamentos regularizados. Sei da responsabilidade que tenho e da responsabilidade do TJMA. Esse é o compromisso que já temos agendado”, expressou Velten.

Sobre a publicação dos aportes, o TJ explicou que um dos projetos da gestão é a inclusão de um sistema para automatizar a leitura dos comprovantes de depósitos do Banco do Brasil. Atualmente, a atividade é feita de forma manual, causando atrasos. Mas a equipe de informática do Tribunal já está na fase final desse sistema e, em breve, entrará em funcionamento.

Ainda na reunião, Kaio Saraiva explicou que a OAB solicitará o oferecimento de todos os números relacionados às dívidas de precatórios por certidão. Assim, será possível fazer uma cobrança baseada nesses dados. “Nós estamos protocolando uma solicitação de oferecimento desses números por certidão para que possamos ter a oportunidade de dialogar com o Governo do Estado e cobrar os repasses com todas as informações em mãos”, acrescentou Saraiva.

Por fim, Paulo Velten afirmou que o TJMA lançará um edital de acordos diretos em relação aos pagamentos de precatórios. Assim que o edital for finalizado, a OAB Maranhão será convidada para participar da solenidade de lançamento.

## Saiba Mais

Esta foi a segunda reunião da semana sobre a pauta dos precatórios. No dia 18, a OAB recebeu os representantes da Associação dos Credores de Precatórios no Estado do Maranhão, que apresentaram todas as demandas. Prontamente, a Seccional entendeu a importância do tema e tem buscado soluções junto às instituições competentes. Mais uma vez, a Seccional prova o seu compromisso com a advocacia e sociedade do estado.